



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROMOTORIA ÚNICA DA COMARCA DE CAPINÓPOLIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público  
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

## **EDITAL PARA SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIO**

### **EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADA COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ESTÁGIO JUNTO À PROMOTORIA ÚNICA DE CAPINÓPOLIS.**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 42/2015 e a Promotoria de Justiça da Comarca de Capinópolis, por meio da Dra. Maria Carolina Silveira Beraldo, Promotora de Justiça, tornam pública a abertura de prazo para inscrição para a seleção pública destinada à formação de cadastro reserva, nos termos deste Edital.

#### **1. Das vagas**

A seleção pública regulada por este Edital destina-se à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 07 deste Edital.

#### **2. Da bolsa-auxílio**

O candidato aprovado fará jus a bolsa-auxílio no valor de R\$ 905,00 (novecentos e cinco reais) e a auxílio-transporte no valor de R\$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos) por dia de atividade efetivamente exercida.

#### **3. Dos requisitos para a inscrição**

Para concorrer à vaga, o interessado deverá:

- a) ser estudante do curso de Direito e estar regularmente matriculado e frequente a partir do sexto período em Instituições de Ensino devidamente conveniadas;
- b) ter disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da tarde;
- c) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público.

#### **4. Das inscrições**

4.1 As inscrições serão realizadas no período de 04 a 08 de dezembro de 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA ÚNICA DA COMARCA DE CAPINÓPOLIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

4.2. Para requerer sua inscrição, o candidato deverá encaminhar o pedido para o endereço eletrônico [pjcapinopolis@mpmg.mp.br](mailto:pjcapinopolis@mpmg.mp.br), com o assunto INSCRIÇÃO PARA ESTÁGIO, informando:

- a) Nome completo;
- b) Número de documento de identidade (cujo original será usado para a realização da prova);
- c) Endereço eletrônico (e-mail) e telefone de contato;
- d) Instituição de ensino e curso em que está matriculado;
- e) Informação da experiência jurídica, se possuir, com o nome da entidade, o período de atuação e a função assumida;
- f) Indicação da experiência acadêmica, se possuir, com o nome da instituição, o período de atuação e a função assumida.

4.3 O pedido de inscrição encaminhado sem os itens *a, b, c* ou *d* será desconsiderado.

4.4 Para a solução de qualquer problema na inscrição, o candidato deverá entrar em contato pelo telefone (34) 3263-2090.

## 5. Das disposições finais relativas às inscrições

5.1 Este Edital e a Resolução PGJ nº 42/2015 ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo, no seguinte endereço: Avenida 111, nº 465, bairro Semírames, em Capinópolis.

5.2 A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas pré-estabelecidas do certame.

5.3 A constatação, em qualquer época, de ausência de convênio, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## 6. Do processo de seleção

6.1 O processo de seleção compreenderá uma prova teórica, de caráter classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os temas constantes do Anexo I do presente Edital, bem como entrevista.

6.2 **A prova será aplicada no dia 12 de dezembro de 2017, às 13 horas**, no Fórum Odovilho Alves Garcia, com endereço na Avenida 111 nº 465, bairro Semírames, em Capinópolis.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA UNICA DA COMARCA DE CAPINOPOLIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

6.3 Para a realização da prova, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, cópia da mensagem de confirmação enviada ao e-mail informado pelo candidato, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

6.4 Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.

6.5 Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que: (a) não tiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura; (b) que se apresentar após o horário indicado para início da prova.

6.6 Não será permitida qualquer tipo de consulta durante a prova.

6.7 Será excluído do exame o candidato que:

- a) se negar a ser identificado, nos termos do item 6.3;
- b) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
- c) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
- d) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
- e) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estagiário.

6.8 O candidato terá o prazo máximo de 4 horas para concluir a prova.

**7. Da avaliação da prova e classificação dos candidatos**

7.1 A nota atribuída à prova variará de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

7.2 A nota final do candidato corresponderá à soma das notas obtidas em cada questão.

7.3 Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos distribuídos.

**7.4 Será feita entrevista, de caráter classificatório com os candidatos aprovados, no dia 14 de dezembro de 2017, às 13 horas, no Gabinete da Promotora de Justiça.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA ÚNICA DA COMARCA DE CAPINÓPOLIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

7.5 A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, incluindo a entrevista, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

7.6 No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

7.7 O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal do MPMG.

7.8 O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo mesmo meio eletrônico utilizado na inscrição.

## **8. Das disposições finais**

8.1 O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

8.2 As nomeações serão feitas para início das atividades nos dias 1º, 11 ou 21 de cada mês, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 42/2015.

8.3 Em caso de desistência de candidato aprovado ou desligamento de estagiário nomeado, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

8.4 O candidato nomeado para assumir a vaga de estágio deverá apresentar-se no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação do resultado no Portal do MPMG, no endereço citado no item 5.1, munido dos seguintes documentos:

- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com indicação da data prevista para encerramento do curso;
- b) histórico escolar atualizado da instituição de ensino superior;
- c) declaração pessoal: disponibilidade de horário e opção de turno, inexistência de antecedentes criminais, informações pessoais, compromisso de não-advocacia (modelo disponível no Portal do MPMG);
- d) cópia da Carteira de Identidade e do CPF;
- e) número da conta corrente ou universitária no Banco do Brasil;
- f) cópia de comprovante de endereço;
- g) exame médico admissional.

8.5 Além dos documentos acima mencionados, o estagiário deve providenciar quatro vias do Termo de Compromisso de Estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo próprio acadêmico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROMOTORIA UNICA DA COMARCA DE CAPINOPOLIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público  
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

8.6 A falta de qualquer um dos documentos a que se refere os itens 8.4 e 8.5 implicará a não nomeação do candidato aprovado e à renúncia tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

8.7 Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do *link* <http://www.mpmg.mp.br/aceso-a-informacao/estagios>.

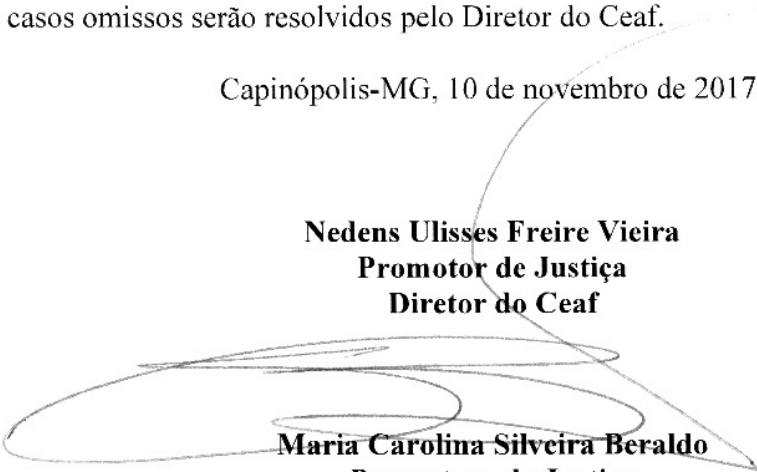
8.8 A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, as Resoluções da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e este Edital.

8.9 A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, bem como da comprovação da previsão do estágio no projeto pedagógico de curso de pós-graduação.

8.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Capinópolis-MG, 10 de novembro de 2017.

**Nedens Ulisses Freire Vieira**  
**Promotor de Justiça**  
**Diretor do Ceaf**



**Maria Carolina Silveira Beraldo**  
**Promotora de Justiça**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA UNICA DA COMARCA DE CAPINOPOLIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

**Anexo I**

PROGRAMA DA PROVA

**1. DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Indivíduo, sociedade, nação, cidadão, Estado e governo. 2. Teoria da Constituição. 3. Constitucionalismo. 4. Conceito e classificação das Constituições. 5. Do poder constituinte: originário, derivado e decorrente. 6. Princípios constitucionais. 7. Da interpretação e aplicabilidade da norma constitucional. 8. Do controle de constitucionalidade. 9. Dos princípios fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil. 10. Dos direitos e garantias fundamentais. 11. Da organização do Estado brasileiro. 12. Da organização dos Poderes. 13. Do Ministério Público: organização, princípios, funções, garantias e vedações. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal n.º 75/93), Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 14. Da defesa do Estado e das instituições democráticas. 15. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n. 9.868/99). 16. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 17. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n. 9.882/99). 18. O processo de reclamação (Regimento Interno do STF). 19. Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional nº 68/2011. 20. Da organização do Estado de Minas Gerais, com destaque para a organização dos Poderes (Constituição do Estado de Minas Gerais). 21. Súmulas Vinculantes.

**2. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA**

1. Princípios penais fundamentais. 2. Abolicionismo, Direito penal mínimo e responsabilização penal na sociedade de risco. 3. Teoria da norma. 4. Âmbito de validade temporal e espacial. 5. Conflito aparente de normas. 6. Contagem de prazo. 7. Evolução histórica da teoria do crime. 8. Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações. 9. Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais e finalista; teoria social da ação; funcionalismo. 10. Ação e omissão. 11. Tipo penal: Tipicidade formal e tipicidade material. 12. Tipicidade dolosa e tipicidade culposa. 13. Exclusão da tipicidade. 14. Relação de causalidade e aberratio causae. 15. Teoria da imputação objetiva. 16. Antijuridicidade e justificação. 17. Elementos subjetivos da justificação. 18. Culpabilidade e exculpação. 19. Consumação e tentativa. 20. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 21. Crime impossível. 22. Erro de tipo e erro de proibição. 23. Concurso de pessoas. 24. Direito penal e poder punitivo: conteúdo e função das sanções penais. 25. Medidas de segurança. 26. Aplicação da pena e regimes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA UNICA DA COMARCA DE CAPINOPOLIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

penitenciários. 27. Limite das penas. 28. Concurso de crimes. 29. Livramento condicional. 30. Suspensão condicional da pena. 31. Efeitos da condenação. 32. Erro de execução (aberratio ictus) e resultado diverso do pretendido (aberratio delicti). 33. Ação penal. 34. Extinção da punibilidade. 35. Crimes contra a pessoa. 36. Crimes contra o patrimônio. 37. Crimes contra a dignidade sexual. 38. Crimes contra a incolumidade pública. 39. Crimes contra a paz pública. 40. Crimes contra a fé pública. 41. Crimes contra a administração pública. 42. Aspectos penais das seguintes leis: Lei 4.898/65; Lei 7.716/89; Lei 8.069/90; Lei 8.072/90; Lei 8.078/90; Lei 8.137/90; Lei 8.176/91; Lei 9.034/95; Lei 9.099/95; Lei 9.249/95; Lei 9.455/97; Lei 9.503/97; Lei 9.605/98; Lei 9.609/98; Lei 9.613/98; Lei 10.741/03; Lei 10.826/03; Lei 11.101/05; Lei 11.340/06; Lei 11.343/06. Decreto-Lei 3.688/41; Decreto-Lei 201/67. 43. Criminologia (apenas na 1ª etapa): 43.1. conceito e objeto. 43.2. Etiquetamento e Criminologia crítica na América Latina.

### 3. DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Norma processual penal. 2. Fontes do direito processual penal. 3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais. 4. Interpretação e integração. 5. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 6. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais. 7. Processo Penal Constitucional. 8. Investigação criminal. 9. Ação Penal. 10. Ação civil ex delicto. 11. Sujeitos processuais. 12. Jurisdição e competência. 13. Questões e procedimentos incidentes. 14. Provas. 15. Atos processuais. 16. Aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 17. Prisão e liberdade provisória. 18. Prazos processuais. 19. Sentença e provimentos judiciais. 20. Coisa julgada. 21. Processo e procedimentos em espécie. 22. Nulidades. 23. Recursos. 24. Ações autônomas de impugnação – revisão criminal, habeas corpus e mandado de segurança criminal. 25. Execução penal. 26. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e emendas Constitucionais posteriores à sua edição; Dec.-Lei 2.848/1940 (CP); Dec.-Lei 3.689/1941 (CPP); Lei 12.403/2011; Dec.-Lei 7.661/1945 e Lei 11.101/2005 (recuperações judicial e extrajudicial e falência); Lei 4.737/1965 (Código Eleitoral); Lei 4.878/1965, Lei 5.256/1967 e Lei 5.350/1967 (prisão especial); Lei 4.898/1965 e Lei 5.249/1967 (abuso de autoridade); Dec.-Lei 201/1967 (responsabilidade de prefeitos e vereadores); Lei 7.716/1989 (preconceitos de raça ou de cor); Lei 7.960/1989 (prisão temporária); Lei 8.038/1990 e Lei 8.658/1993 (procedimentos nos tribunais); Lei 8.069/1990 (ECA); Lei 8.072/1990 (crimes hediondos e legislação posterior); Lei 8.078/1990 (consumidor); Lei 8.176/1991; Dec. 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos); Lei 9.034/1995 (organizações criminosas); Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 11.313/2006 (juizados especiais criminais); Lei 9.296/1996 (interceptação telefônica); Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei 9.455/1997 (tortura); Lei 9.605/1998 (meio ambiente); Lei 9.613/1998 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores); Lei 9.609/1998 (programas de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA UNICA DA COMARCA DE CAPINOPOLIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público

Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

computador); Lei 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas); Lei 12.037/2009 (identificação criminal); Lei Complementar 105/2001 (sigilo das operações financeiras); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei 10.826/2003 (armas de fogo e munição); Lei 10.886/2004 (violência doméstica); Lei 11.340/2006 (violência contra mulher); Lei n.º 11.419/2006 (informatização do processo judicial) Lei 11.343/2006 (Tóxicos); Lei 11.417/2007 (Súmula Vinculante); Lei 12.037/2009/2000 (identificação criminal); Resolução CNMP nº 13, de 2 de outubro de 2006 (procedimento investigatório criminal).

#### 4. DIREITO CIVIL

1. Das pessoas naturais. 2. Da personalidade e da capacidade. 3. Dos direitos da personalidade. 4. Da ausência. 5. Do corpo humano. 6. Do domicílio. 7. Das pessoas jurídicas. 8. Das associações. 9. Das fundações. 10. Das sociedades. 11. Dos bens. 12. Dos fatos, atos e negócios jurídicos. 13. Dos defeitos dos atos jurídicos. 14. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova. 15. Dos atos ilícitos. 16. Da prescrição e da decadência. 17. Das obrigações. 18. Das modalidades das obrigações. 19. Da transmissão das obrigações. 20. Do adimplemento, do inadimplemento e da extinção das obrigações. 21. Dos contratos em geral. 22. Noções. 23. Formalidades. 24. Solenidades. 25. Distrato. 26. Cláusula resolutiva. 27. Da resolução por onerosidade excessiva. 28. Resolução. 29. Da compra e venda. 30. Da doação. 31. Do mandato. 32. Do seguro. 33. Da fiança. 34. Da transação. 35. Noções de títulos de crédito. 36. Da responsabilidade civil. 37. Noções das sociedades empresariais. 38. Da posse. 39. Dos direitos reais. 40. Da propriedade. 41. Conceito moderno de propriedade. 42. Direito de vizinhança. 43. Condomínio. 44. Propriedade resolúvel. 45. Livro IV do CC: Do direito de família. 46. Livro V do CC: Do direito das sucessões. Do inventário e da partilha. 47. Registros públicos. 48. Lei nº 11.441/2007. 49. Lei nº 11.804/2008. 50. Lei nº 12.318/2010. 51. Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro). 52. Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). 53. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). 54. Lei nº 8.415/91 (Lei do Inquilinato). 55. Lei nº 11.101/05 (Lei de Recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária).

#### 5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Lei nº 1.060/1950. 2. Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil). 3. Mandado de Segurança. 4. Ação Popular. 5. Mandado de Injunção. 6. Lei nº 7.347/85. 7. Lei nº 8.069/90. 8. Lei nº 8.078/90. 9. Lei nº 8.429/92. 10. Lei nº 8.560/92. 11. Lei nº 9.099/95. 12. Lei nº 9.507/1997. 13. Lei nº 10.257/2001. 14. Lei nº 10.741/2003. 15. Lei nº 11.417/2006. 16. Lei nº 11.418/2006. 17. Lei nº 11.419/2006.